



PKF
Affiance Brazil

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A “ZPE PIAUÍ”

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024
ACOMPANHADO DO RELATÓRIO DO AUDITOR
INDEPENDENTE



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.

Teresina, 10 de março de 2026.

CE-250-2025.1

**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A
“ZPE PIAUÍ”**

Parnaíba - PI

Atenção dos Diretores e Acionistas

Prezados,

Temos a satisfação de compartilhar com V.Sas. o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis **COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A “ZPE PIAUÍ”** (CNPJ nº 13.031.118/0001-29) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Este relatório final é o resultado de uma minuciosa auditoria, com o objetivo de oferecer uma visão completa e embasada sobre a situação financeira e patrimonial da empresa.

Durante os procedimentos de auditoria, enfrentamos desafios significativos que demandaram uma abordagem criteriosa e detalhista. Superar esses desafios reforça nosso compromisso em fornecer informações apropriadas e relevantes.

Acreditamos que nosso relatório em conjunto com as Demonstrações Contábeis a seguir, fornecerá informações valiosas para a compreensão da performance do **COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A “ZPE PIAUÍ”** e contribuirá para direcionar futuras estratégias.

A confiança depositada em nosso trabalho é de extrema importância e nos motiva a continuar aprimorando nossos processos e serviços. Portanto, estamos à disposição para esclarecer para qualquer esclarecimento adicional que se faça necessário e comentários da administração.

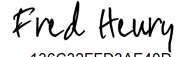
Atenciosamente,



PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC Nº 2SP025652/O-0

Assinado por:

8A78B9774073482...
Cleverson Lacerda Silva
Sócio
CTCRC Nº 1SP289079/O-0

Assinado por:

136C32FFD3AE40D...
Fred Heury de Almeida Rocha
Sócio Responsável Técnico
CRC Nº PI-011270/O-7

PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. é membro da PKF Global, rede de firmas-membro da PKF International Limited, cada uma das quais constituindo uma pessoa jurídica separada e independente, e não assume nenhuma responsabilidade pelas ações ou omissões de qualquer membro individual ou firma(s) correspondente(s).

Sumário

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	4
Balanço Patrimonial.....	7
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido	10
Demonstração do Fluxo de Caixa	11
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis	12



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Rua Alves Guimarães, 462, 2º Andar
Pinheiros – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
contato@pkfbrazil.com.br
pkfbrazil.com.br

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA S/A “ZPE PIAUÍ”

CE-250-2025.1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Acionistas e Conselheiros da

**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA S/A
Parnaíba - PI**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Rua Alves Guimarães, 462, 2º Andar
Pinheiros – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
contato@pkfbrazil.com.br
pkfbrazil.com.br

Ênfase

Implantação das atividades operacionais

Chamamos atenção a nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, a qual menciona que a Companhia se encontra em fase de implantação das suas atividades operacionais. A sua continuidade operacional depende da instalação e do funcionamento das indústrias já aprovadas dentro do complexo industrial da “ZPE Piauí”. Desse modo, aportes adicionais de recursos por parte do acionista controlador serão necessários para que a Companhia continue operando até o início das suas atividades operacionais e da geração de receita. As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações e nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Rua Alves Guimarães, 462, 2º Andar
Pinheiros – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
contato@pkfbrazil.com.br
pkfbrazil.com.br

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis ou atividades de negócio da Empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Empresa e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Teresina, 10 de março de 2026.



PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC N° 2SP025652/O-0

Assinado por:

Cleverson Lacerda
8A78B9774073482...

Cleverson Lacerda Silva
Sócio
CTCRC N° 1SP289079/O-0

Assinado por:

Fred Heury
136C32FFD3AE40D...

Fred Heury de Almeida Rocha
Sócio Responsável Técnico
CRC N° PI-011270/O-7

PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. é membro da PKF Global, rede de firmas-membro da PKF International Limited, cada uma das quais constituindo uma pessoa jurídica separada e independente, e não assume nenhuma responsabilidade pelas ações ou omissões de qualquer membro individual ou firma(s) correspondente(s).

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A
“ZPE PIAUÍ”

Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Balanco Patrimonial apresentado em Reais

	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.932.041	465.752	Fornecedores	8	32.292	44.642
Despesas Antecipadas		3.077	4.702	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	9	124.176	128.664
		2.935.118	470.454	Passivo Fiscal Corrente		1.449	12
						157.917	173.318
Ativo Não Circulante				Patrimônio Líquido			
Realizável a longo prazo							
Ativo Fiscal não Corrente	5	120.515	88.668	Capital Social	10.a	137.731.293	121.916.537
Imobilizado	6	75.170.185	75.876.098	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.b	8.703.301	15.814.757
Intangível	7	540.000	630.000	Prejuízos acumulados		(67.826.693)	(60.839.392)
		75.830.700	76.594.766			78.607.901	76.891.902
Total do Ativo		78.765.818	77.065.220	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		78.765.818	77.065.220

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE
EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A
“ZPE PIAUÍ”

Demonstração do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Resultado do exercício apresentado em Reais

	Nota	2025	2024
Despesas Gerais			
Despesas Gerais e Administrativas	12	(7.128.067)	(6.582.806)
Despesas Tributárias		(35.128)	(102.128)
Outras Despesas	6.d	-	(4.323.582)
		(7.163.195)	(11.008.516)
Resultado Operacional		(7.163.195)	(11.008.516)
Resultado Financeiro Líquido	13	175.894	(32.300)
Prejuízo Líquido do Exercício		(6.987.301)	(11.040.816)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE
EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A
“ZPE PIAUÍ”**

Demonstração do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Resultado abrangente apresentado em Reais

	Nota	2025	2024
Resultado do Exercício		(6.987.301)	(11.040.816)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado Abrangente		(6.987.301)	(11.040.816)

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A
“ZPE PIAUÍ”

Demonstração da Muta  o do Patrim  nio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Movimentação da Muta  o do Patrim  nio Líquido apresentado em reais

	Nota	Capital social integralizado	Adiantamento para futuro Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	10.a	55.091.217	66.825.320	(49.798.576)	72.117.961
Aporte dos sócios como AFAC		-	15.814.757	-	15.814.757
Integraliza��o de capital		66.825.320	(66.825.320)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(11.040.816)	(11.040.816)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.a	121.916.537	15.814.757	(60.839.392)	76.891.902
Aporte dos sócios como AFAC		-	8.703.300	-	8.703.300
Integraliza��o de capital		15.814.756	(15.814.756)	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	(6.987.301)	(6.987.301)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.a	137.731.293	8.703.301	(67.826.693)	78.607.901

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstra  es Contábeis.

**COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE
EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A
“ZPE PIAUÍ”**

**Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

Fluxo de Caixa apresentado em reais

	Nota	2025	2024
Atividade Operacional			
Prejuízo do Exercício		(6.987.301)	(11.040.816)
Itens que Não Afetam o Caixa:			
Depreciação e Amortização	6d e 7c	863.659	871.277
Baixa de Imobilizado em Andamento		-	4.323.582
Prejuízo Ajustado		(6.123.642)	(5.845.957)
(Aumento) / Diminuição das Contas do Ativo			
Ativo Fiscal Não Corrente		(31.847)	(2.229)
Despesas Antecipadas		1.625	4.974
Aumento / (Diminuição) das Contas do Passivo			
Fornecedores		(12.350)	(76.901)
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		(4.488)	(3.643)
Passivo Fiscal Corrente		1.438	(540)
Caixa Consumido pela Atividade Operacional		(6.169.264)	(5.924.296)
Atividades de Investimento			
Adições do Ativo Imobilizado	6.c	(67.747)	(41.705)
Caixa Consumido pela Atividade de Investimentos		(67.747)	(41.705)
Atividades de Financiamento			
Aportes dos sócios para futuro aumento de Capital	10.b	8.703.300	5.814.757
Caixa Gerado pela Atividade de Financiamento		8.703.300	5.814.757
(Diminuição)/ Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		2.466.289	(151.244)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	465.752	616.996
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício		2.932.041	465.752
(Diminuição)/ Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.466.289	(151.244)

Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

COMPANHIA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DE PARNAÍBA-PI S/A “ZPE PIAUÍ”

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Notas apresentadas em reais, exceto se indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba-PI S/A (“ZPE Piauí” ou Companhia) é uma Companhia de economia mista situada a Rua Dom Pedro I, Bairro Primavera, Parnaíba – PI, Cep: 64.213-901 que tem como principal atribuição promover os atos de gestão necessários à implantação, operação, administração e desenvolvimento da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba, no Estado do Piauí, um complexo onde Companhias se instalam para produzir bens destinados, em sua maioria, para exportação, contando com incentivos tributários, administrativos e cambiais. A constituição da ZPE Piauí está prevista na Lei Estadual nº 6.021, autorizada em 14 de dezembro de 2010.

A ZPE Piauí foi criada através de Decreto Federal Nº 97.406, de 22 de dezembro de 1988, no município de Parnaíba-PI. Com exclusividade, da administração da Zona de Processamento de Exportação, localizada no município de Parnaíba, cumprindo-a prover das instalações e equipamentos necessários ao seu funcionamento. Tem personalidade jurídica de direito privado, tendo sido constituída na forma de Sociedade de Economia Mista, com patrimônio próprio e autonomia administrativa e financeira, nos termos da legislação vigente.

A ZPE Piauí, desenvolve seus trabalhos em consonância com o que estabelece a Lei Federal nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativos das Zonas de Processamento de Exportação, e Lei Federal nº 14.184, de 14 de julho de 2021(DOU, 15/07/2021), que altera a Lei 11.508/2007 e Sanciona o novo Marco Legal das Zonas de Processamento de Exportação. Em estreita relação com o Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação – CZPE, responsável pela gestão do Programa Brasileiro de Zonas de Processamento de Exportação.

O Ato Declaratório Executivo nº 01, de 08 de fevereiro de 2022, declarando o alfandegamento, foi publicado no Diário Oficial da União em sua edição de 09 de fevereiro de 2022, declarando o alfandegamento, por tempo indeterminado, da Zona de Processamento de Exportação do Estado do Piauí, a ZPE do Piauí.

A ZPE Piauí, já alfandegada pela Receita Federal, foi inaugurada no dia 14 de fevereiro de 2022 com a conclusão da sua Área de Despacho Aduaneiro.

Em 10 de janeiro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba S/A, cujos acionistas eram o Estado do Piauí e a Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI), deliberou, por unanimidade, pela aprovação da aquisição da totalidade das ações da ZPE Piauí pela Agência de Atração de Investimentos Estratégicos do Piauí S/A – Investe Piauí.

Na ocasião, as ações detidas pela FIEPI foram transferidas, a título gratuito, para a Investe Piauí. A partir dessa data, a Companhia Administradora da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba S/A passou a ser subsidiária da Agência de Atração de Investimentos Estratégicos do Piauí S/A – Investe Piauí, que passou a deter 100% do seu capital social.

O ano de 2025 houve na ZPE Piauí o crescimento das atividades no complexo. O volume de exportações registrou aumento, saindo de 720 toneladas de cera de carnaúba exportadas em 2024 para mais de 1.400 toneladas em 2025.

Houve o início das obras de implantação da Delta Brazilian Starch, empreendimento que amplia a presença da agroindústria no complexo e contribui para a diversificação da base produtiva voltada à exportação. Também merece destaque a instalação do escritório da Green Energy Park na ZPE Piauí, iniciativa que fortalece o posicionamento do complexo em setores estratégicos ligados à inovação e à transição energética.

Em 2025, também foram aprovados importantes projetos industriais, entre eles o da MBF Fertilizantes, que fortalece a verticalização da produção agroindustrial e impulsiona as cadeias produtivas regionais. Com esses avanços, o ciclo de crescimento da Companhia tende a se intensificar nos próximos anos, consolidando sua posição como agente transformador no desenvolvimento industrial e tecnológico.

Atualmente, a Companhia permanece em fase pré-operacional, dependendo de novos aportes de seus acionistas para sustentar essa etapa ao longo de 2026. Para o próximo ano, está prevista a instalação de novas indústrias no complexo, além da aprovação de projetos estratégicos voltados a setores de alta relevância, como data centers — iniciativas que se conectam diretamente com tecnologia, infraestrutura e energia limpa, pilares essenciais da indústria do futuro.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado ao contrário.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societárias brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 13 de janeiro de 2026.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

2.2 Continuidade

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que os sócios possuem recursos financeiros suficientes para aportar capital na Companhia, se necessário, e, desta forma, garantir a continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

2.3 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 2.5.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.4 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.5 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis, e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas:

- nota 6 - Depreciação;
- nota 6 - Impairment dos ativos imobilizados
- nota 7 Amortização;

3. Principais Políticas Contábeis

a. Instrumentos Financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i. Ativos Financeiros Não Derivativos – Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os depósitos inicialmente na data em que foram originadas.

Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando A Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, A Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

ii. Ativos Financeiros Não Derivativos – Mensuração

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem as aplicações financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, que são prontamente convertidos em montantes conhecidos de caixa e sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

iii. Passivos Financeiros Não Derivativos – Reconhecimento e Mensuração

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Imobilizado

i. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os softwares comprados que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii. Custos Subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Redução ao Valor Recuperável de Ativos – “Impairment”

A Administração da Companhia avalia e monitora periodicamente o desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, considerando o disposto na NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso exista evidências claras de que a Companhia possui ativos avaliados por valor não recuperável ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

Não foram identificados indícios de Impairment no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Os Ativos avaliados e que estão sujeitos a algum risco de Impairment são os bens do Ativo Imobilizado.

d. Obrigações Trabalhistas

Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes. A Companhia tem por prática reconhecer tal obrigação à curto e longo prazo em função da perspectiva de pagamento.

e. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com a NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2025	2024
Aplicações financeiras		
Banco do Brasil S.A. - Renda Fixa - AG. 3791-5 – CC 8528-6	2.730.103	-
Banco do Brasil S.A. – Rende Fácil - AG. 0023-X – CC 50.167-0	201.938	315.752
	2.932.041	465.752

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros produtos de investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

As aplicações financeiras representam valores investidos em fundos de investimento em cotas administrados pelo Banco do Brasil S.A, lastreadas principalmente em títulos privados, emitidos por Companhias e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano de 2025 de aproximadamente 13,3%.

5. Ativo Fiscal não Corrente

	2025	2024
Imposto de Renda Retido a Recuperar	120.515	88.668
	120.515	88.668

Os impostos a recuperar são decorrentes de imposto de renda retido na fonte incidentes sobre rendimentos de aplicação financeira no mercado. Impostos não correntes a recuperar de períodos anteriores. A ausência de reconhecimento de ativos fiscais diferidos provenientes de prejuízos fiscais decorre das incertezas associadas à capacidade de geração de receitas tributáveis em exercícios futuros.

6. Imobilizado

a. Composição Contábil

			2025	2024
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos (i)	70.390.000	-	70.390.000	70.390.000
Edifícios e Construções	388.977	(62.236)	326.741	342.300
Equipamentos, Máquinas e Inst. Industriais	2.330.715	(935.622)	1.395.093	1.598.650
Veículos	269.990	(269.990)	-	733
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	501.726	(215.842)	285.885	300.214
Computadores e Periféricos	369.806	(264.879)	104.927	153.884
Reformas em Edifícios	1.126.111	(1.126.111)	-	-
Instalações Aduaneiras	4.227.768	(1.560.229)	2.667.539	3.090.317
Imobilizado em andamento	-	-	-	-
	79.605.094	(4.434.909)	75.170.185	75.876.098

i. Em 2023, houve a incorporação do terreno onde está localizada a sede da ZPE em Parnaíba-PI. O Governo do Estado do Piauí autorizou a transferência da propriedade do imóvel de 311.158,2 hectares para a ZPE, através da LEI nº 7.791 de 25 de maio de 2022. Em 20 de abril de 2023 foi assinado o Termo de Doação do Bem Imóvel. A Escritura de Doação pura e simples, foi lavrada, no cartório do 1º Ofício de Imóveis de Parnaíba, Cartório Almendra, no livro nº E-333, Fls 147 e 148v, em 01 de novembro de 2023. E em 13 de novembro de 2023, foi feito a averbação no Registro de Imóvel – na ficha 01, do Livro do Registro Geral nº 02, na matrícula nº 20681 e no Código Nacional da Matrícula 78014.2.0020681-54.

Em 2024, houve a incorporação de um novo terreno de 311.495,5 hectares (trezentos e onze hectares, quarenta e nove ares e cinquenta e cinco centiares), para expansão da ZPE. doado pelo Estado do Piauí, através da Lei 8.4761 de 21 de agosto de 2024. Registro de Imóveis no Ficha 01, do Livro de Registro Geral nº 02, da Matrícula 1285 - 4ª Serventia Extrajudicial de Parnaíba.

b. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, pelo custo de aquisição acrescido dos gastos para aferidos para que o ativo entre em operação. Os terrenos não são depreciados, a depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média	Anos
Edifícios e Construções	4%	25
Equipamentos, Máquinas e Inst. Industriais	10%	10
Veículos	20%	5
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	10%	10
Computadores e Periféricos	20%	5
Reformas em Edifícios	50%	2
Instalações Aduaneiras	10%	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

c. Adições do Ativo Imobilizado – Efeitos na Demonstração dos Fluxos de Caixa

(i) Adições do Ativo Imobilizado	Adições em 2025	Adições em 2024
Transações com Efeito no Caixa	67.747	41.705
Transações sem Efeito no Caixa (i)	-	10.000.000
Total das adições em 2024	67.747	10.041.705

(i) Incorporação do terreno onde será feita a expansão da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba-PI em 2024.

d. Movimentação do Imobilizado

	2023	Adições	Baixas	2024	Adições	2025
Custo						
Terrenos	60.390.000	10.000.000	-	70.390.000	-	70.390.000
Edifícios e Construções	388.977	-	-	388.977	-	388.977
Equipamentos, Máquinas e Inst. Industriais	2.307.918	-	-	2.307.918	22.797	2.330.715
Veículos	269.990	-	-	269.990	-	269.990
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	434.237	39.706	-	473.943	27.784	501.727
Computadores e Periféricos	350.641	1.999	-	352.640	17.166	369.806
Reformas em Edifícios	1.126.111	-	-	1.126.111	-	1.126.111
Instalações Aduaneiras	4.227.768	-	-	4.227.768	-	4.227.768
Imobilizado em andamento	4.323.582	-	(4.323.582)	-	-	-
	73.819.223	10.041.705	(4.323.582)	79.537.347	67.747	79.605.094
(-) Depreciação						
Edifícios e Construções	(31.118)	(15.559)	-	(46.677)	(15.559)	(62.236)
Equipamentos, Máquinas e Inst. Industriais	(483.104)	(226.164)	-	(709.268)	(226.354)	(935.622)
Veículos	(267.059)	(2.198)	-	(269.257)	(733)	(269.990)
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais	(135.222)	(38.506)	-	(173.728)	(42.115)	(215.842)
Computadores e Periféricos	(133.208)	(65.549)	-	(198.757)	(66.122)	(264.879)
Reformas em Edifícios	(1.115.587)	(10.524)	-	(1.126.111)	-	(1.126.111)
Instalações Aduaneiras	(714.674)	(422.777)	-	(1.137.451)	(422.777)	(1.560.229)
	(2.879.972)	(781.277)	-	(3.661.249)	(773.659)	(4.434.909)
Imobilizado, líquido	70.939.252	9.260.428	(4.323.582)	75.876.098	(705.913)	75.170.185

7. Intangível

a. Composição Contábil

			2025	2024
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	907.360	367.360	540.000	630.000
	907.360	367.360	540.000	630.000

b. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico, através do custo de aquisição acrescido dos gastos aferidos para que o ativo entre em operação. A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média	Anos
Softwares	10%	10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

c. Movimentação do Intangível

	2023	Adições	2024	Adições	2025
Custo					
Softwares	907.360	-	907.360	-	907.360
	907.360	-	907.360	-	907.360
(-) Amortização					
Softwares	(187.360)	(90.000)	(277.360)	(90.000)	(367.360)
	(187.360)	(90.000)	(277.360)	(90.000)	(367.360)
		-		-	
Intangível, líquido	(720.000)	(90.000)	(630.000)	(90.000)	(540.000)

8. Fornecedores

a. Composição Contábil

	2025	2024
Pindorama Comercio e Distribuição Ltda	1.719	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A	21.656	23.811
Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda	-	15.831
André Vieira Veras de Albuquerque	-	5.000
Goldi Serviços e Administração Ltda	8.917	-
	32.292	44.642

b. Títulos a pagar por vencimento:

	2025	2024
A vencer:		
Até 30 dias	32.292	44.642
	32.292	44.642

9. Obrigações Trabalhistas e Sociais

	2025	2024
Férias a Pagar	92.462	95.848
INSS sobre Férias	24.318	25.208
FGTS sobre Férias	7.397	7.608
	124.177	128.664

10. Patrimônio Líquido

a. Composição Contábil

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 137.731.293 está representado por R\$ 137.731.293 ações, todas ordinárias e nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

Em 31 de dezembro de 2024:

Acionista	Quantidade de Ações	Participação	Capital Integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital
Agência de Atração de Investimentos - INVESTE PIAUÍ	121.916.537	100%	121.916.537	15.814.757
	121.916.537	100%	121.916.537	15.814.757

Em 31 de dezembro de 2025:

Acionista	Quantidade de Ações	Participação	Capital Integralizado	Adiantamento para futuro aumento de capital
Agência de Atração de Investimentos - INVESTE PIAUÍ	137.731.293	100%	137.731.293	8.703.301
	137.731.293	100%	137.731.293	8.703.301

b. Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

No ano de 2025 houve o adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 8.703.300. Este valor será integralizado na Assembleia Ordinária da Companhia a ocorrer em 2026 em atendimento a Lei das Sociedades por Ações.

11. Contingências

A Companhia não constituiu provisão para contingências no período atual, uma vez que não foram identificados passivos ou obrigações potenciais que atendam aos critérios estabelecidos pelas normas contábeis aplicáveis. De acordo com as normas vigentes, uma provisão deve ser reconhecida quando:

- Existe uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado;
- É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação;
- O valor da obrigação pode ser estimado de forma confiável.

Após análise criteriosa, a entidade concluiu pela inexistência de provisões para perdas prováveis. Da mesma forma, a administração não identificou passivos contingentes (perdas possíveis) nem ativos contingentes que demandem divulgação.

12. Despesas Gerais e Administrativas

	2025	2024
Despesas com pessoal (i)	3.525.419	3.160.515
Depreciação e Amortização	863.659	871.277
Consultoria de Gestão Aduaneira	564.120	550.260
Manutenção e Conservação (ii)	514.548	88.969
Vigilância e Segurança	483.097	455.216
Energia Elétrica	260.514	286.438
Aluguéis	209.515	170.856
Passagens, Diárias e Hospedagem	160.438	122.332
Despesas com Veículos	146.987	135.686
Outras despesas	183.083	167.994
Materiais de consumo	88.635	78.893
Internet	68.052	72.545
Serviços Prestados Pessoa Jurídica	60.000	399.025
Serviços Prestados Pessoa Física	-	22.800
	7.128.067	6.582.806

- (i) As despesas com pessoal são compostas por salários, pró-labores, INSS, FGTS, Férias, décimo terceiro salário, vale alimentação, e indenizações trabalhistas.
- (ii) Em 2025, foram contratados serviços de manutenção predial, limpeza e jardinagem, estabelecidos para execução contínua e recorrente.

13. Resultado Financeiro Líquido

	2025	2024
Receita Financeiras		
Juros de Aplicações Financeiras	191.628	9.229
	191.628	9.229
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(5.756)	(6.169)
Juros e Multas	-	(34.185)
IOF	(1.074)	(745)
Pis/Cofins s/ Receitas Financeiras	(8.903)	(430)
	(15.733)	(41.529)
Resultado Financeiro Líquido	175.894	(32.300)

14. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados atualmente pela Companhia estão restritos a caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e outras obrigações. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota 3.a.

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, buscando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Os principais instrumentos financeiros, ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 são descritos abaixo, juntamente com os critérios para sua avaliação:

- Caixa e equivalentes de caixa: as contas correntes detidas em bancos têm valores de mercado semelhantes aos valores contábeis;
- Fornecedores e Outras obrigações: os valores reconhecidos representam o valor justo em reais das aquisições.

a. Risco de Crédito

A Companhia não possui risco de concentração e de crédito dos clientes, em função de encontrar-se em fase inicial de suas operações.

No que se refere ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia apenas realiza operações em instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating independentes.

b. Risco de Liquidez

A política de gestão de risco implica manter um nível seguro de caixa e equivalentes de caixa ou acessos a fundos imediatos. Desta forma, a Companhia possui investimentos com vencimento a curto prazo e liquidez imediata.

c. Gestão de risco de Capital

Os objetivos da Companhia na gestão de seu capital são proteger a capacidade de continuar suas operações, oferecer retorno aos seus quotistas e garantir uma estrutura de capital adequada.

d. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros é apresentada a seguir e não há instrumentos financeiros classificados em outras categorias além dos informados:

- Os passivos financeiros não derivativos são demonstrados como passivos pelo custo amortizado, sejam eles; fornecedores e outras obrigações.
- Os ativos não derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado, sejam eles: aplicações financeiras de curto prazo.

e. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Valor justo hierárquico

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão evidenciados no quadro abaixo:

		2025	2025	2024	2024
	Nível	Valor	Valor	Valor	Valor
		contábil	Justo	contábil	Justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixas	1	2.932.041	2.932.041	465.752	465.752
		2.932.041	2.932.041	465.752	465.752
Passivos					
Fornecedores	1	32.292	32.292	44.642	44.642
		32.292	32.292	44.642	44.642

f. Instrumentos financeiros por categoria

		2025	
	Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixas	2.932.041	-	-
	2.932.041	-	-
Passivos			
Fornecedores	-	-	32.292
	-	-	32.292
	2.932.041	-	32.292

		2024	
	Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	Passivos pelo custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixas	465.752	-	-
	465.752	-	-
Passivos			
Fornecedores	-	-	44.642
	-	-	44.642
	465.752	-	44.642

* * * * *

Assinado por:



4A7E87C618464C3...

Álvaro Nolleto de Souza Filho

Diretor Presidente da ZPE Piauí

CPF: 8[REDACTED]00

DocuSigned by:



F16C9EAED3A445E...

Sonia Maria Carvalho Sales

Contadora CRC-PI 004924/O-2

CPF: 3[REDACTED]-72